



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL**  
**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**



PARECER N° 205, 2019

*Da Comissão de Justiça e Redação, sobre o Projeto de Lei n° 2.296 de 2019, de iniciativa do Prefeito Hissam Hussein Dehaini, que “Altera os Pré-Requisitos do Cargo de Médico Plantonista constante no Perfil Profissiográfico do Anexo IV da Lei n° 1.704, de 11 de dezembro de 2006.”*

Relator: **Fabio Pedroso - CJR**

**I – RELATÓRIO**

A Comissão de Justiça e Redação examina o Projeto de Lei n° 2.296 de 2019, de iniciativa do Prefeito Municipal, que Altera os Pré-Requisitos do Cargo de Médico Plantonista constante no Perfil Profissiográfico do Anexo IV da Lei n° 1.704, de 11 de dezembro de 2006.

Justifica o senhor Prefeito que a redação vigente do Anexo IV da Lei Municipal n° 1704/2006 estabelece no Perfil Profissiográfico do Cargo de Médico Plantonista, além do Pré-Requisito de Diploma no Curso de Medicina e registro no Conselho de Classe do Estado do Paraná, também a experiência mínima de 3 (três) anos comprovadas no exercício médico em pronto atendimento ou pronto socorro.

Contudo, a exigência de experiência mínima de 3 (três) anos está impedindo a contratação dos profissionais interessados em trabalhar no município, através do Processo Seletivo Simplificado, resultando em dificuldade no preenchimento das vagas existentes. Importante ressaltar que o médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina está apto ao exercício legal da medicina, em qualquer de seus ramos, conforme estabelece a Lei Federal n° 3268/19571.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL**  
**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**II – ANÁLISE**

Segundo o inciso I do Art. 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária, compete a Comissão de Justiça e Redação analisar matérias levando em consideração o aspecto constitucional, legal, regimental, jurídico, da técnica legislativa, conforme segue:

*“Art. 52º Compete*

*I - à Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico, de técnica legislativa de todas as proposições e elaboração da redação final, na conformidade do aprovado, salvo as exceções previstas neste Regimento (Art. 154, § 2º; Art. 158; Art. 159, III e Art. 163, § 2º);”*

Tendo em vista o Art. 30º, inciso I da Constituição Federal e posteriormente transcrito para a Lei Orgânica de Araucária, através do Art. 5, inciso I, que compete ao Município legislar sobre interesse local.

*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;”*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*

Em consideração o Art. 40º, § 1º, “b” da Lei Orgânica do Município de Araucária, os projetos de lei podem ser de autoria do Prefeito, conforme consta abaixo.

*“Art. 40 O processo legislativo compreende a elaboração de:*

*§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:*

*b) do Prefeito;”*

Logo, o Projeto está em conformidade com a L.O.M.A:





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL**  
**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**



*Art. 41 Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de Projetos de Lei que:*

*V - criem e estruturem as atribuições e entidades da administração pública, direta e indireta.*

*Art. 56 Ao Prefeito compete:*

*(...)*

*X - estabelecer a estrutura e organização da administração da Prefeitura;*

*XI - estabelecer, por intermédio de atos administrativos, as atribuições dos seus auxiliares diretos, definindo-lhes competência, deveres e responsabilidades;*

De acordo com a Constituição Federal (art. 61, 1º, II, "c"), preceito aplicado por simetria ao Município, o agente competente para iniciar o processo legislativo, tratando-se de servidores públicos de seu regime jurídico, no âmbito municipal, é o Prefeito:

*Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

*§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:*

*(...)*

*II - disponham sobre:*

*(...)*



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL**  
**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

*c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;*

Tendo em vista que o Projeto de Lei para alterar os Pré-requisitos do Cargo de Médico Plantonista constante no Perfil Profissiográfico do Anexo IV da Lei nº 1.704, de 11 de dezembro de 2006, está em conformidade com a Lei Orgânica e a Constituição Federal, pois o médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina já está apto ao exercício legal da medicina, em qualquer de seus ramos.

**III – VOTO**

Diante das razões apresentadas acima, não foi encontrado impedimentos que limitem tramitação do projeto de lei, sendo assim, no que me cabe analisar o projeto acima epigrafado, diante o ambito da Comissão de Justiça e Redação, sou favorável ao tramite normal do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2019.

  
**Fábio Pedroso**  
Vereador

**Fábio Pedroso**

**RELATOR**





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL**  
**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**



VOTAÇÃO DO PARECER APRESENTADO PELO RELATOR DA CJR SOBRE O  
PROJETO 2.296 DE 2019

Membro	Favorável	Contrário	Assinatura
Fabio Alceu Fernandes	<input checked="" type="checkbox"/>		<i>Fabio Alceu Fernandes</i>
Lucia de Lima	<input checked="" type="checkbox"/>		<i>Lucia de Lima</i>

Encaminhado ao gabinete do(s) vereador(s) em data de 15/07/2019 para emissão de parecer.  
Assessoria Administrativa  
Gestora Sílvia